



175

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

Desaforamento nº: 0016897-41.2012.8.17.0000 (0283994-7)  
Comarca: Jupi  
Vara: Vara Única  
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Requerido: João Mavlael Vilela Almeida  
Advogado: Gabriel Gonçalves Leite  
Procurador de Justiça: Francisco Edilson de Sá Júnior  
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. QUADRILHA ARMADA. DESAFORAMENTO. TEMOR INCUTIDO NA LOCALIDADE. RESPEITO DA POPULAÇÃO PELO EXTERMÍNIO DE CRIMINOSOS. JÚRI. IMPARCIALIDADE. RECEIO FUNDADO. ART. 427, CPP. DEFERIMENTO.

1. Os elementos apresentados pelo Ministério Público e pelo juiz a quo evidenciam não só o temor incutido na comunidade pelo réu e pela gangue que ele integra, mas também o nítido respeito que parte da comunidade nutre em face das ações da quadrilha em ceifar a vida de criminosos da localidade.

2. Não é de bom alvitre submeter o réu ao crivo do Tribunal do Júri do distrito da culpa quando demonstrada a probabilidade de que o temor exercido pelo bando sobre a comunidade ou o respeito que alguns devotam ao grupo influencie o ânimo dos jurados e comprometa sua imprescindível imparcialidade.

3. Pleito que conta com a anuência do Juízo primevo. Razões que se estendem às comarcas vizinhas, impondo que seja prorrogada a competência em favor do Tribunal de Júri da Comarca de Caruaru. Pedido deferido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Desaforamento, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, pelo desaforamento do julgamento para o Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, tudo de acordo com o relatório, votos e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 17 de Setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

16a  
N

**Desaforamento nº:** 0016897-41.2012.8.17.0000 (0283994-7)  
**Comarca:** Jupi  
**Vara:** Vara Única  
**Requerente:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Requerido:** João Mavíael Vilela Almeida  
**Advogado:** Gabriel Gonçalves Leite  
**Procurador de Justiça:** Francisco Edilson de Sá Júnior  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO:**

Trata-se de pedido de Desaforamento do julgamento do réu João Mavíael Vilela Almeida, pronunciado pelo Juízo da Comarca de Jupi como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 29 do Código Penal Brasileiro.

O representante do Ministério Público, com arrimo no art. 427 do Código de Processo Penal, sustenta que o julgamento do pronunciado deva ser desaforado em razão da aprovação de uma parte da comunidade pelo crime praticado, por ter sido a vítima pessoa malquista na região, além do manifesto temor existente entre os moradores perante o "grupo de extermínio", praticante de atividades criminosas como a que cinge esta ação penal, fls. 02/09.

O Defensor Público pugna pela improcedência do pedido de desaforamento, argumentando que se trata de medida excepcionalíssima, não tendo cabimento no processo em análise, fls. 154/158.

O Procurador de Justiça, Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior, emitiu parecer à fls. 164/167, opinando pelo desaforamento do julgamento.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 27 de agosto de 2013.

**Des. Fausto Campos**  
Relator



776

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

---

**Desaforamento nº:** 0016897-41.2012.8.17.0000 (0283994-7)  
**Comarca:** Jupi  
**Vara:** Vara Única  
**Requerente:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Requerido:** João Mavíael Vilela Almeida  
**Advogado:** Gabriel Gonçalves Leite  
**Procurador de Justiça:** Francisco Edilson de Sá Júnior  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**VOTO:**

Pretende o Ministério Público que o julgamento do acusado João Mavíael Vilela Almeida, pelo Tribunal do Júri, seja desaforado da Comarca de Jupi para outra comarca, livre das influências exercidas pelas circunstâncias aduzidas na exordial que comprometeriam a imprescindível imparcialidade do Conselho de Sentença.

Informa o juiz *a quo*, em fl. 98, que o réu é bastante temido pela população local e responde a outras ações pela prática de crimes dolosos contra a vida, cometidos no município de Lajedo, onde também teve sua prisão preventiva decretada.

Nas informações prestadas em juízo, a testemunha Wender Luis Leonardo da Silva, em fls. 244/246, descreveu com detalhes atos executórios do crime ora analisado, como também de outros que teriam sido praticados por João Mavíael. Alguns, inclusive, em conjunto com terceiros, não deixando dúvidas que as atividades criminosas são próprias de um verdadeiro grupo de extermínio.

Restam, pois, suficientemente embasadas as informações de que o réu atua em grupo de extermínio e, por conseguinte, tal circunstância provoca temor nos moradores da região, de tal sorte que a possibilidade de haver julgamento maculado de imparcialidade nas regiões em que atua o grupo é elevada.

Ademais, foi constatado pelo Órgão Ministerial que além do sentimento de medo e insegurança sofrido pela população, houve também, paradoxalmente, sentimento de alívio e clamor por uma parcela da comunidade jupiense, que apoia a realização de "limpezas sociais", já que a vítima era pessoa delinquente e malquista na comunidade.

Não deve prosperar, portanto, o pedido da Defesa pelo mantimento do julgamento na Comarca de Jupi (fls. 154/158).



177

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Fausto Campos

---

Infero o Defensor que a tese ministerial requerendo o desaforamento não possui respaldo legal.

Pois bem. Ainda que a instituição do Tribunal do Júri tenha como ideia principal o julgamento do réu que comete crimes dolosos contra a vida por seus pares, na localidade de ocorrência do fato, nosso Código de Processo Penal prevê exceções a essa garantia fundamental, a fim de assegurar julgamento isento. Conforme art. 427 do CPP:

*"Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas."*

Na ação penal em apreço, tais exceções esculpidas no artigo supracitado se mostraram nitidamente presentes.

Pelo exposto, voto pelo desaforamento do julgamento do réu João Mavíael Vilela Almeida para um Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, por reunir melhores condições de realizar julgamento isento.

É como voto.

Recife, 17 de Setembro de 2013

Des. Fausto Campos

Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO Nº 283994-7**  
**REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**REQUERIDO: JOÃO MAVIAEL VILELA ALMEIDA E OUTRO**  
**RELATOR: DES. FAUSTO CAMPOS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA CONVOCADO: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR .**

**VOTO DE REVISÃO**

Entendo que os argumentos que serviram de fundamento ao pedido encontram amparo nos autos, justificando o seu deferimento.

O requerente afirma que familiares dos acusados, valendo-se do prestígio social e da ocupação de cargo de destaque, interferiram na instrução criminal. Afirma, ainda, que os acusados são parte de um grupo de extermínio e que, por isso, o temor da população também colocaria em risco a atuação do Conselho de Sentença.

Os depoimentos de fls. 267/268 são suficientes a demonstrar a existência de dúvida quanto à imparcialidade do júri. Três das testemunhas arroladas pela defesa depuseram de modo a criar um alibi, entretanto, em virtude das contradições, foram novamente inquiridas, oportunidade em que retificaram os depoimentos.

Extraí-se que algumas das falsas declarações - mais especificamente aquelas prestadas por Arlo José da Silva e Pedro Venâncio Sobrinho - se deram em atendimento a pedido da genitora de um dos acusados, Conselheira Tutelar no município Jupi, por quem nutriam sentimento de amizade. Já a testemunha Maria Luzinete dos Santos afirmou que prestou falso testemunho a pedido da ex-esposa do acusado Josimar de Arandas Pereira.

As informações do Juiz processante amparam os argumentos expendidos pelo Ministério Público. O magistrado destaca serem os réus temidos na sociedade local, fazendo menção, ainda, a influência da genitora do acusado João Mavíael Vilela Almeida, por se tratar de "uma conhecida Conselheira Tutelar do município de Jupi".



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Ante o exposto, voto pelo deferimento do pedido, a fim de que seja deslocado o julgamento dos pronunciados para a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Revisor